Resultados e Desempenho da Gestão

2023

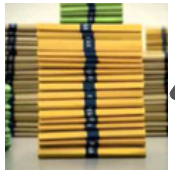
TRT-24ª REGIÃO
Mato Grosso do Sul

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 24ª REGIÃO

Produtividade - Atividade Judiciária*

No ano judiciário de 2023, extrai-se dos dados estatísticos que as **26 Varas do Trabalho da 24ª Região (1º grau de jurisdição)** receberam por distribuição 22.291 processos, tendo solucionado um total de 22.459 processos.

22.291 processos recebidos



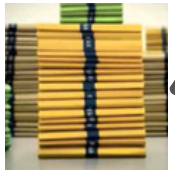
22.459 processos solucionados

100,7%

de processos solucionados em relação aos recebidos

O **segundo grau de jurisdição** recebeu por distribuição 8.964 processos, tendo julgado 9.705, o que representa 108,27% de solucionados em relação aos distribuídos.

8.964 processos recebidos



9.705 processos solucionados

108,27%

de processos solucionados em relação aos distribuídos

* dados extraídos do e-Gestão

Unidades Judiciárias

36.561 audiências realizadas

24.774 processos baixados na fase de conhecimento

18.639 processos baixados na fase de execução

Magistrados 1º Grau

22.459 processos solucionados na fase de conhecimento

13.617 execuções extintas

Tribunal

12.692 ações originárias, recursos e recursos internos julgados

Produtividade - Conciliações - CEJUSC-JT

Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas - CEJUSC-JT - tem competência para realização de sessões e audiências de conciliação e mediação de processos em qualquer fase ou instância no âmbito da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

	2023	2022
CEJUSC/JT 1º Grau	**2.851 Audiências** **1.485 Acordos** **Valor resultante dos acordos** **R$ 47.952.421,89**	**1.957 Audiências** **1.197 Acordos** **Valor resultante dos acordos** **R$ 64.011.150,79**
CEJUSC/JT 2º Grau	**1.700 Processos submetidos à conciliação** **512 Processos conciliados** **Valor resultante dos acordos** **R$ 39.406.887,35**	**1.483 Processos submetidos à conciliação** **686 Processos conciliados** **Valor resultante dos acordos** **R$ 28.635.182,57**

Pagamento de Precatórios e RPV's

Em 2023, foram quitados 26 precatórios da Administração Direta e 10 da Administração Indireta, totalizando o valor de **R$ 6.760.715,77**

145 Requisições de Pequeno Valor - RPV da Administração Direta e Indireta da União foram quitadas em 2023, totalizando **R$ 1.002.565.85.**

Prêmio CNJ de Qualidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região conquistou a categoria Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade, a mais alta avaliação do Poder Judiciário, com 89,8% da pontuação máxima. A premiação foi anunciada nesta terça-feira (5) no 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Salvador-BA pelo Conselho Nacional de Justiça.

Esta é a primeira vez que o TRT/MS recebe o selo Diamante. Para o presidente do tribunal, desembargador João Marcelo Balsanelli, o desempenho demonstra o compromisso de magistrados e servidores com o cidadão. "A excelência do serviço prestado pelo TRT da 24ª Região, agora reconhecido pelo CNJ por meio do selo Diamante, demonstra o mais absoluto comprometimento das juízas e juízes, servidoras e servidores com a entrega da prestação jurisdicional visando dar a cada um o que é seu por direito."

Desempenho do TRT24

No eixo produtividade, o tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos, na fase de conhecimento, no 1° Grau, foi de 198 dias, um dos menores do país. Destaque também para o julgamento dos processos antigos, que ingressaram até 2020, os quais representam 0,8% dos pendentes líquidos. O índice de conciliação e composição de conflitos do TRT/MS foi o segundo melhor do Brasil no segmento trabalhista.

O Centro de Inteligência se destacou pelo trabalho de uniformização de jurisprudência e elaboração de notas técnicas, garantindo segurança jurídica para empregados e empregadores.

No eixo governança, o índice de desempenho de sustentabilidade da Corte alcançou 71%, resultado principalmente da economia de energia e água e do consumo zero de copos descartáveis e garrafinhas de plástico.

Servidores comemoram a conquista do selo diamante.

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região alcançou o 1º lugar no Ranking da Transparência do Poder Judiciário.

A sexta edição da premiação avaliou a transparência dos portais na internet de 94 tribunais brasileiros de todos os segmentos da Justiça: Estadual, Federal, Trabalho, Militar Estadual, Eleitoral, Tribunais Superiores e Conselhos.

De acordo com o CNJ, o TRT24 atendeu 100% dos itens avaliados, ocupando a 1ª colocação do país. Quando o ranking começou a ser realizado, em 2018, o TRT de Mato Grosso do Sul ocupou o 90º lugar, com 42% de atendimento. De lá para cá, os tribunais brasileiros vêm melhorando a prestação das informações, tornando mais fácil e transparente o acesso aos dados pela sociedade.

Os itens avaliados estão divididos em dez temas, com 84 perguntas que avaliam o grau de informação disponibilizados à população. Os itens analisados vão desde divulgação de telefones e horários de atendimento ao público até levantamento estatístico sobre a atuação do órgão, dados relativos a licitações, íntegras de contratos firmados, rendimentos dos tribunais, entre outros.

Semana Nacional da Conciliação Trabalhista - TST

O TRT da 24ª Região movimentou o valor total de R$ 21.084.975,21

A VII Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, que ocorreu no período de 22 a 26 de maio de 2022, movimentou R$ 1.193.595.980,47. Promovido anualmente em todo o país pela Justiça do Trabalho, o mutirão busca solucionar o maior número de processos de forma consensual. Na edição de 2023, foram atendidas mais de 346,1 mil pessoas, e realizadas mais de 80 mil audiências e foram homologados 23.788 acordos. Além disso, foram arrecadados R$ 202,6 milhões em recolhimentos fiscais e previdenciários.

***Dados extraídos do Sistema Sao PJe**

Foram 1.336 audiências realizadas e 538 acordos efetuados. Ao todo, foram atendidas 5.337 pessoas

Semana Nacional da Execução Trabalhista - CSJT

O TRT 24 ficou em 3ª lugar entre os tribunais de pequeno porte que mais executaram na Semana.

Valor total das conciliações

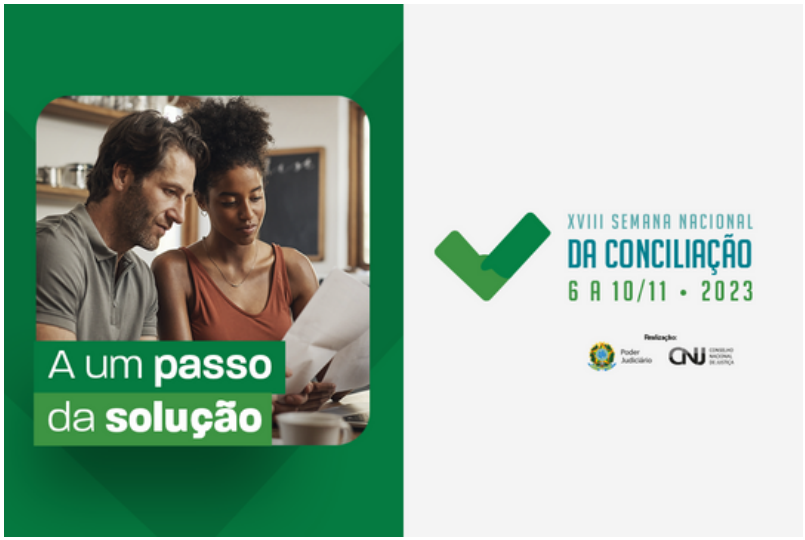
R$ 15.683.034,54

Promovida em todo o país de 18 a 22 de setembro de 2023, a 13ª edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista atendeu mais de 397,4 mil pessoas em todo o país e movimentou mais de **R$ 4,3 bilhões** nos cinco dias de evento. O valor é recorde para uma única edição e supera os R$ 2,8 bilhões do ano de 2022. Com o slogan “Processos são vidas – A Justiça além dos números”, a campanha realizou mais de 77,3 mil audiências, homologou 21,9 mil acordos e realizou 607 leilões de bens para quitação de dívidas trabalhistas de devedores. Dos R$ 4,3 bilhões movimentados, R$ 1,2 bilhões são oriundos de acordos firmados durante a semana, R$ 1,8 bilhões de pagamentos liberados via alvarás, além de R$ 381,7 milhões de arrecadação de INSS e Imposto de Renda. Além disso, R$ 163, milhões foram arrecadados via leilões e quase R$ 629,6 de outras formas de recolhimento e bloqueios.

- **Alvarás - R$ 29.264.641,93**
- **INSS e IR - R$ 5.233.791,06**
- **Leilões - R$ 13.167.050,00**
- **Outros valores arrecadados e bloqueados - R$ 50.186.623,95**

***Dados extraídos do Painel de resultados do CSJT**

Semana Nacional da Conciliação Trabalhista - CNJ



Com o slogan “A um passo da solução”, a 18ª edição da Semana Nacional de Conciliação promoveu milhares de audiências de conciliação em uma ação concentrada que reuniu principalmente tribunais federais, estaduais e trabalhistas. Organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a ação realizada entre os dias 6 e 10 de novembro permitiu a solução amigável de litígios, contribuindo para a diminuição do gargalo de processos em tramitação em todo o país.

O TRT24 atendeu, durante o período da campanha, 4.397 pessoas. Realizou 1.121 audiências e alcançou o número de 402 conciliações efetivadas*.

Valor das Conciliações 1º e 2º graus

R$ 22.103.898,18

Imposto de Renda arrecadado 1º e 2º graus

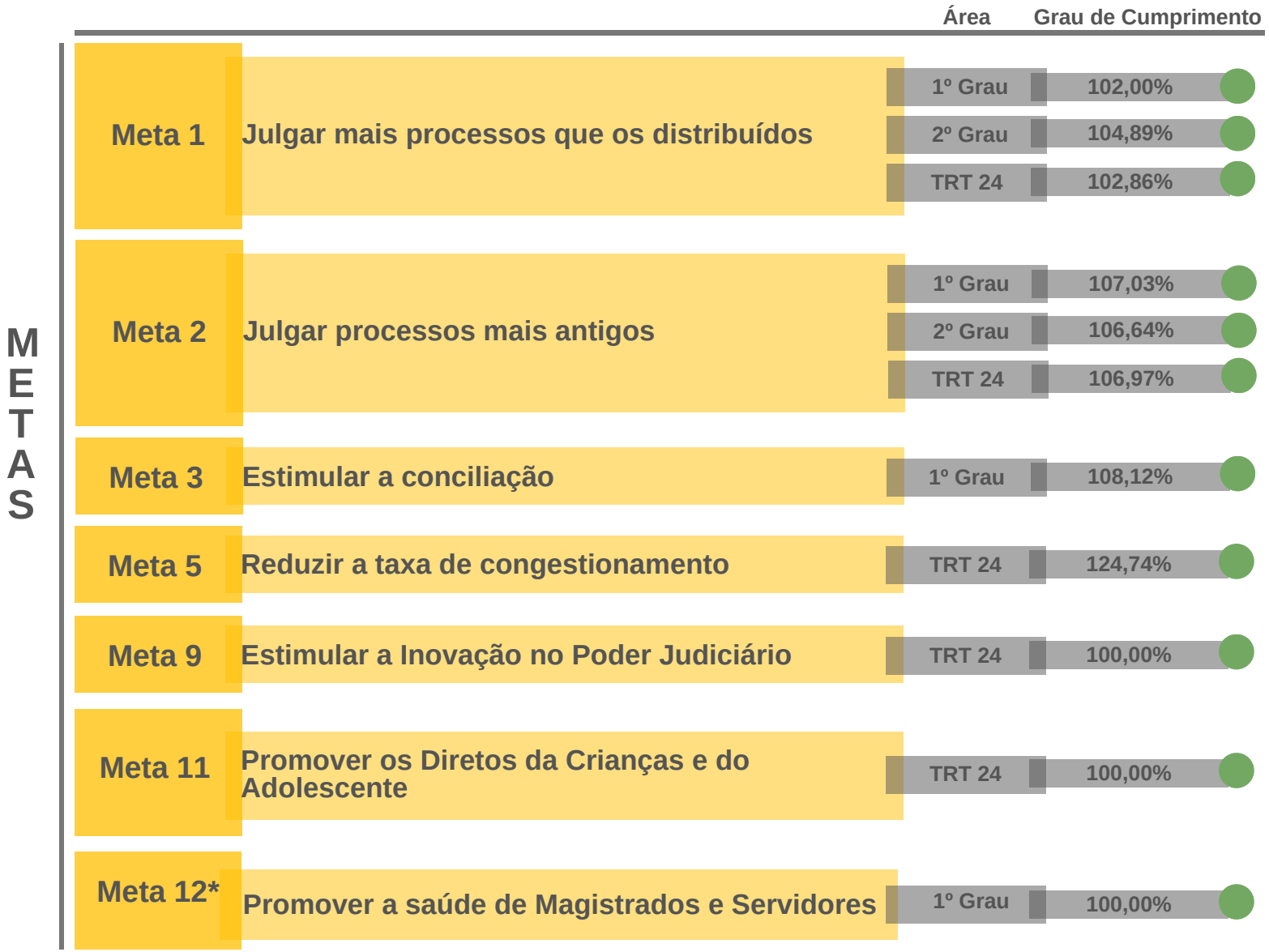
R$ 1.592.065,71

INSS arrecadado 1º e 2º graus

R$ 1.798.178,40

***Dados extraídos do Sistema Sao PJe**

Demonstração dos resultados das Metas Nacionais do CNJ



*Meta específica da Justiça do Trabalho

ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO
JUSTIÇA DO TRABALHO

26
VARAS DO TRABALHO

São avaliadas 1571 Varas do Trabalho em todo o país.

- **14 varas da 24ª Região estão entre as 25% melhores do Brasil**
- **25 varas estão entre as 50% melhores do país**
- **4 varas ficaram entre as 100 melhores colocadas do Brasil**
  - **Amambai**
  - **Jardim**
  - **Mundo Novo**
  - **Nova Andradina**

O Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGest) classificou o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região como 7º colocado no ranking nacional. O relatório analisou dados das Varas do Trabalho do país durante o período de 1º de outubro de 2022 até 30 de setembro de 2023. No total são avaliadas 1571 Varas do Trabalho em todo o país.

O IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT), para mapear o desempenho dos TRTs e das suas respectivas Varas do Trabalho. O sistema tem como objetivo auxiliar as Corregedorias e as Varas do Trabalho dos Tribunais na implantação de mecanismos que aperfeiçoem o trabalho realizado pela Justiça do Trabalho na condução dos processos.

Resultados e Desempenho das Áreas Especiais da Gestão

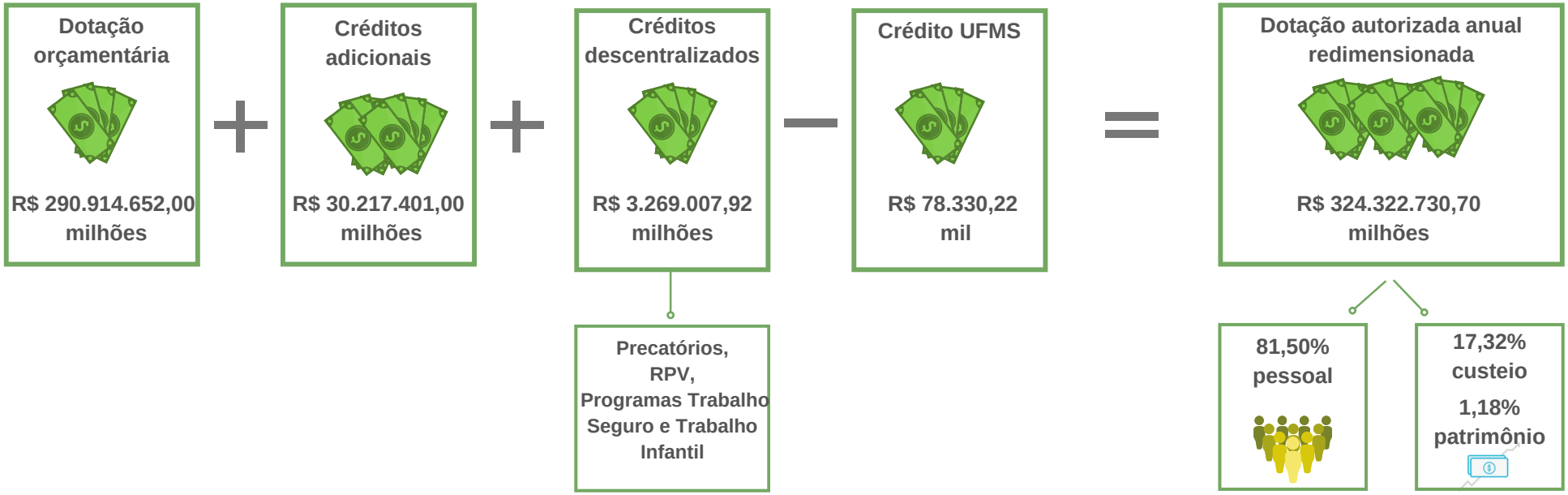
Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2023 consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região dotação orçamentária inicial no valor total de R$ 290.914.652,00. Contudo, no decorrer do exercício, foram recebidos créditos orçamentários adicionais do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, no valor total de R$ 30.217.401,00, e créditos orçamentários descentralizados do próprio CSJT e de outros órgãos, no valor total de R$ 3.269.007,92, bem como descentralização de crédito deste tribunal para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme Termo de Execução Descentralizada TRT nº 01/2021, no valor de R$ 78.330,22, redimensionando o orçamento de 2023 para o montante de R$ 324.322.730,70.

Do valor dos créditos orçamentários adicionais recebidos R$ 30.217.401,00, a maior parte foi para complementar as despesas com pessoal do tribunal (71,51%), e o restante para despesas de custeio (18,37%) e investimentos (10,12%).

Já os créditos orçamentários descentralizados pelo CSJT e por outros órgãos, no valor total de R$ 3.269.007,92, foram para atender ao pagamento de despesas com Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV, no montante de R$ 3.232.811,92, e despesas com os programas Trabalho Seguro e Trabalho Infantil, R$ 36.196,00.

Do montante da dotação orçamentária **R$ 324.322.730,70**, tem-se que o grupo das despesas com Pessoal abarcou 81,50% do orçamento, a aplicação no custeio das atividades abrangeu 17,32% e a aplicação no patrimônio permanente do Tribunal abarcou 1,18%.



Execução Orçamentária

Em 2023, do montante consignado no orçamento do tribunal R$ 324.322.730,70, destaca-se o percentual de 96,76% de despesas empenhadas (reserva de valor para cobrir despesas com pessoal e a aquisição de bens e/ou serviços contratados), e o percentual de 97,93% de despesas liquidadas (serviços efetivamente prestados e/ou aquisições de bens entregues) em relação às despesas empenhadas.

De modo geral, em 2023, o tribunal obteve um desempenho satisfatório orçamentariamente, aplicando, de forma efetiva, os recursos orçamentários no atendimento das despesas correntes e de capital que custearam a manutenção das atividades deste Órgão, atingindo o percentual de despesa empenhada de 97,99%.

Execução Financeira

O valor das despesas pagas em 2023 totalizou R$ 310.188.247,75, dos quais a maior parte foi direcionada ao pagamento de despesas com Pessoal, que inclui servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como as obrigações patronais (encargos).

Destaca-se em 2023 o percentual de 96,69% de despesas pagas em relação às despesas empenhadas no próprio exercício, resultado dos esforços do Tribunal em reduzir a inscrição de obrigações a pagar (restos a pagar) para o próximo exercício.

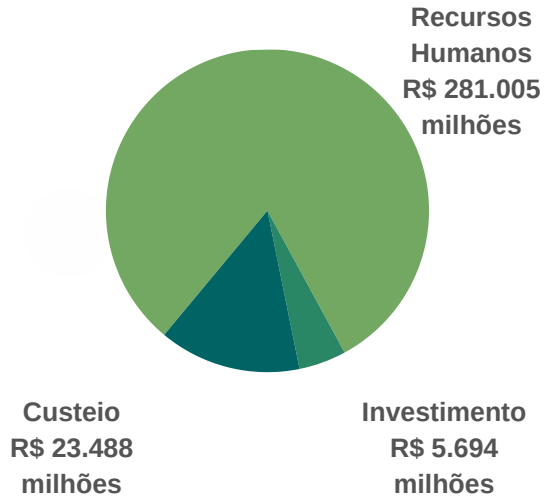
Em 2023, o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) totalizou o montante de R$ 6.759.877,31, ou seja, 91,08% dessas obrigações pagas, sendo que 6,72% (R$ 499.086,92) desses empenhos foram cancelados em razão de não haver a devida prestação de serviços.

Destaca-se ainda a inscrição de restos a pagar processados para o próximo exercício, no valor de R$ 3.901.009,27, em razão da implantação da DCTFWeb (referente ao eSocial e à EFD-Reinf) que unificou o recolhimento dos tributos federais em uma única guia DARF, passando a ser recolhido no mês seguinte ao da competência. Assim, os tributos federais retidos em dezembro são recolhidos somente no mês de janeiro.

Alocação dos Recursos Pagos

Em 2023 o pagamento das despesas totalizou R$ 310.188.247,75 (incluído o pagamento de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores, que se referem aos restos a pagar processados e não processados, R$ 6.759.877,31). A maior parte dessas despesas foi com Recursos Humanos, R$ 281.005.256,37, seguidas das despesas com Custeio, R$ 23.488.170,30, e despesas com Investimentos, R$ 5.694.821,08. Essas despesas estão assim distribuídas:

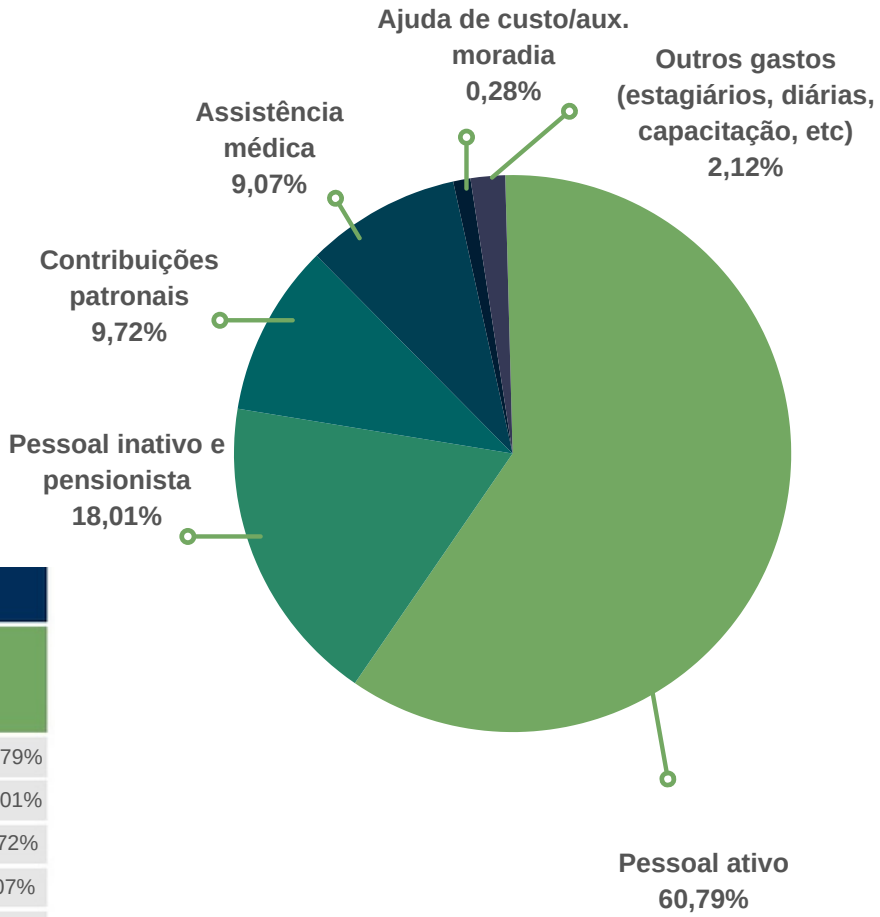
Despesas pagas em 2023



Despesas com Recursos Humanos

Referem-se às despesas com a remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas, além das contribuições patronais, bem como as despesas com assistência médica e benefícios (auxílio-alimentação, pré-escolar, funeral, transporte), ajuda de custo e auxílio-moradia e demais despesas (indenizações, diárias, passagens, cursos de capacitação, precatórios e requisições de pequeno valor).

Do montante dos pagamentos com Recursos Humanos, destaca-se que 60,79% referem-se às despesas com remuneração dos servidores ativos (Pessoal Ativo).



EXECUÇÃO FINANCEIRA

Alocação de Recursos		Despesas pagas	RP pagos	Total pago	
Gastos com Recursos Humanos	Pessoal ativo	170.476.648	358.432	170.835.080	60,79%
	Pessoal inativo/pensionista	50.613.572	6.618	50.620.190	18,01%
	Contribuições patronais	27.293.408	24.712	27.318.120	9,72%
	Ass. médica/benefícios	25.457.048	34.113	25.491.162	9,07%
	Ajuda custo/aux. moradia	774.276	7.270	781.546	0,28%
	Outros gastos	5.933.185	25.968	5.959.154	2,12%
	Total	**280.548.140**	**457.115**	**281.005.256**	**100%**

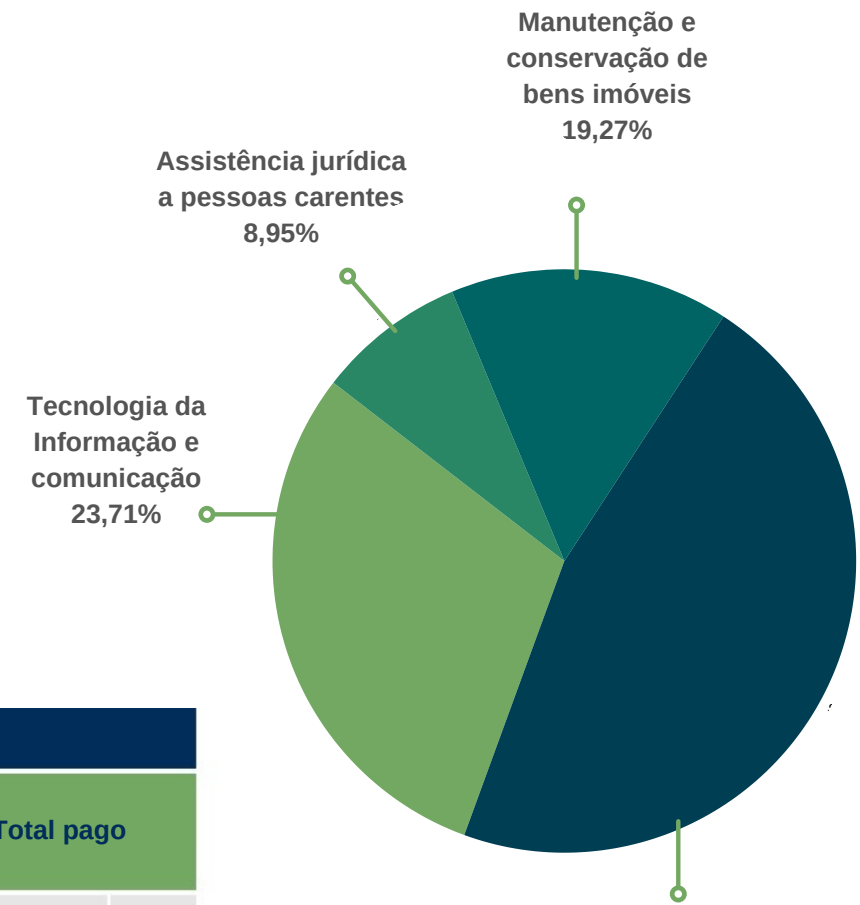
Fonte: SIAFI

valor em reais

Despesas com Custeio

Referem-se às despesas necessárias à prestação dos serviços públicos à sociedade e à manutenção das atividades organizacionais.

Entre essas despesas têm-se despesas com tecnologia da informação e comunicação (desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de dados, manutenção de equipamentos, etc.), manutenção e conservação de bens imóveis, assistência jurídica a pessoas carentes (peritos que atuam em processos trabalhistas em que seja reconhecida a carência do requerente) e demais despesas (materiais de consumo, locação de mão-de-obra, serviços de terceiros, etc.).



EXECUÇÃO FINANCEIRA					
Alocação de Recursos		**Despesas pagas**	**RP pagos**	**Total pago**	
Gastos com Custeio	Tec. da informação e com.	5.390.609	177.874	5.568.484	23,71%
	Manut. e conserv. bens imoveis	2.742.143	1.783.995	4.526.139	19,27%
	Assistência jurídica a carentes	2.008.856	93.299	2.102.156	8,95%
	Outros gastos	10.447.162	844.227	11.291.389	48,07%
	Total	**20.588.772**	**2.309.967**	**18.256.519**	**100%**

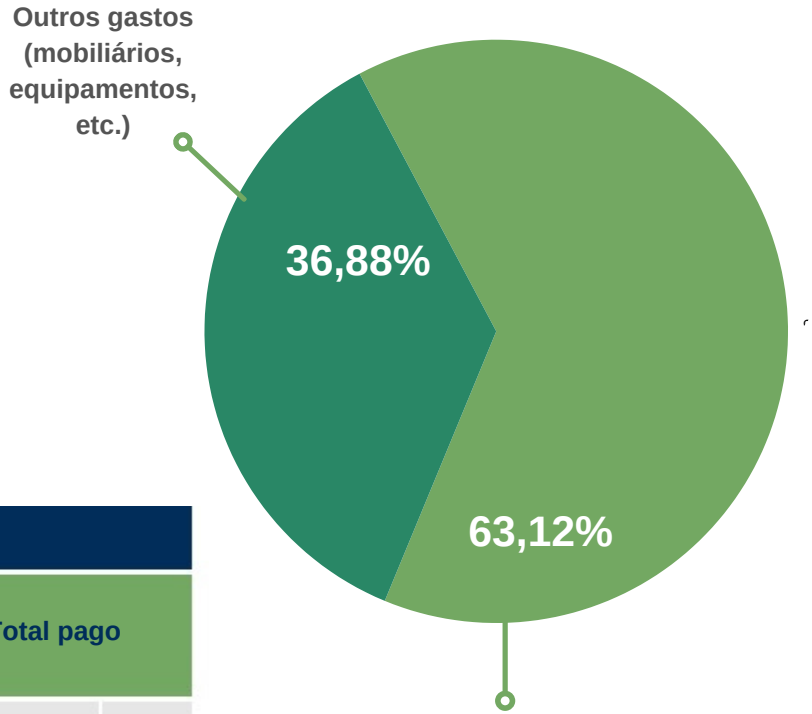
Fonte: SIAFI

valor em reais

Despesas com Investimentos

São despesas aplicadas no patrimônio permanente do tribunal. Compreendem as despesas com tecnologia da informação e comunicação (aquisições de sistemas, materiais, computadores, impressoras, etc.), construção e ampliação de imóveis e demais aquisições de material permanente.

Do montante dos pagamentos efetuados com investimentos, destaca-se que 63,12% foram em despesas com tecnologia da informação e comunicação, fundamentais para o funcionamento e a consecução das atividades da organização.



EXECUÇÃO FINANCEIRA					
Alocação de Recursos		**Despesas pagas**	**RP pagos**	**Total pago**	
Gastos com Investimentos	Tec. da informação e com.	1.007.284	94.362	3.594.545	63,12%
	Construção e ampliação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Outros gastos	1.284.172	458.637	2.100.275	36,88%
	Total	**2.291.456**	**3.403.364**	**5.694.821**	**100%**

Fonte: SIAFI

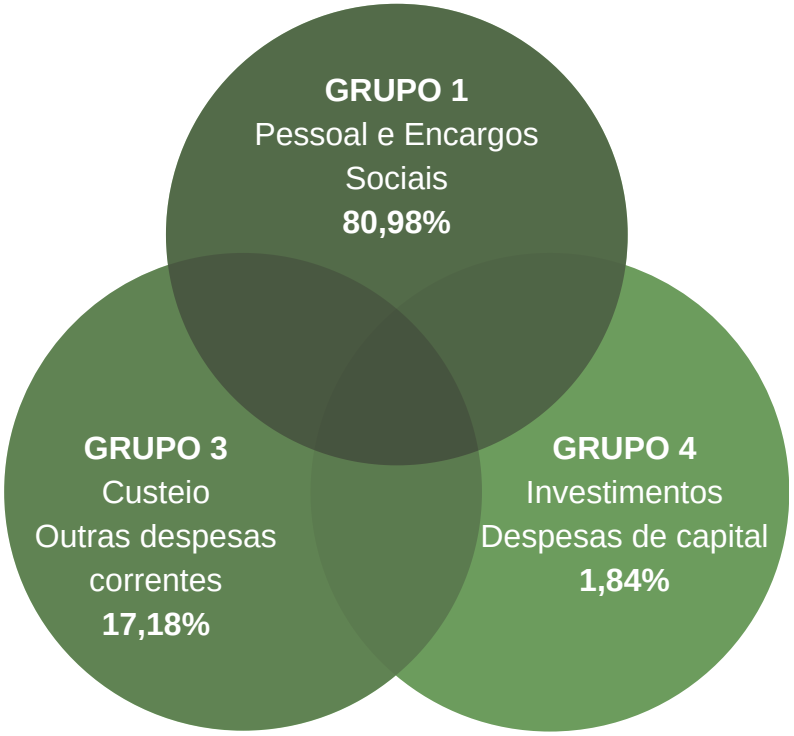
valor em reais

Execução das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Do montante das despesas pagas em 2023, incluídos os empenhos emitidos nos anos anteriores (restos a pagar), registra-se que a maior parte, 80,98%, refere-se a pessoal e encargos sociais, pois essa despesa decorre da própria atividade fim do tribunal, qual seja, a prestação jurisdicional, dependendo basicamente de recursos humanos.

As despesas com custeio representaram 17,18%, e as despesas com investimentos 1,84%.

Ao analisar as despesas dentro de cada grupo, observa-se que no grupo "Pessoal e Encargos Sociais", as despesas com "Vencimentos" (remuneração de servidores ativos) é a que tem maior representatividade (52,61%). No grupo "Custeio", as despesas com "Outros Serviços de Terceiros" (energia elétrica, água, correios, telefone, manutenção, etc.) tem o maior índice de pagamento (6,33%). Já no grupo "Investimentos", as despesas com "Equipamentos e Material Permanente" (aquisições de TI, veículos e outros) é a que apresenta o maior investimento (1,75%).



GRUPO 1 Elemento da Despesa	Total pago
11 - Vencimentos	163.183.919
01 - Aposentadorias	45.828.476
13 - Obrigações patronais	25.297.342
Demais elementos	16.888.139
Total	**251.197.876**

GRUPO 3 Elemento da Despesa	Total pago
39 - Outros serviços de terceiros	19.621.647
46 - Auxílio alimentação	10.065.809
40 - Serviços de TIC	5.470.158
Demais elementos	18.137.934
Total	**53.295.549**

GRUPO 4 Elemento da Despesa	Total pago
52 - Equip. e material permanente	5.438.736
40 - Serviços de TIC	256.084
51 - Obras e instalações	0,00
Demais elementos	0,00
Total	**5.694.821**

Fonte: SIAFI

valor em reais

Principais Ações Orçamentárias

Ativos Civis da União

É a ação orçamentária que abarca a maior parte da dotação do tribunal, representando 55,13% da dotação orçamentária total.

Essa ação refere-se ao pagamento de espécies remuneratórias devidas aos magistrados e servidores ativos civis da União alocados neste regional.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
Dotação orçamentária		Despesa					
Inicial	Final	Empenhada		Liquidada	Paga	RP pago	Total pago
163.081.603	178.801.007	176.987.821	98,99%	176.222.621	172.778.234	383.144	173.161.379

Fonte: SIAFI — valor em reais

Representa 55,13% da dotação orçamentária do tribunal.

Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Principal ação do tribunal, em que são realizadas todas as despesas (custeio e investimentos) necessárias à prestação dos serviços públicos à sociedade e à manutenção das atividades organizacionais, incluindo as aquisições de materiais aplicadas no patrimônio permanente da organização.

Em 2023, foram aplicados 96,38% (despesa empenhada) dos recursos orçamentários disponibilizados nesta ação no atendimento das despesas com custeio e investimentos do tribunal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
Dotação orçamentária		Despesa					
Inicial	Final	Empenhada		Liquidada	Paga	RP pago	Total pago
26.575.215	31.387.725	30.252.302	96,38%	24.579.176	24.267.411	6.220.840	30.488.252

Fonte: SIAFI — valor em reais

Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Esta ação refere-se ao pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais no âmbito do Poder Judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente, garantindo a assistência jurídica gratuita mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

Em 2023, o tribunal pagou R$ 2.102.156,77 a título de requisições de honorários periciais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
Dotação orçamentária		Despesa					
Inicial	Final	Empenhada		Liquidada	Paga	RP pago	Total pago
1.200.000	2.300.000	2.188.766	95,16%	2.153.606	2.008.856	93.299	2.102.156

Fonte: SIAFI

valor em reais

Pagamento de

R$ 2.102.156,77

em honorários periciais.

Demais ações (Pessoal ativo, inativos, pensionistas, encargos patroniais, etc)

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA							
Dotação orçamentária		Despesa					
Inicial	Final	Empenhada		Liquidada	Paga	RP pago	Total pago
100.057.834	111.833.998	104.390.274	93,34%	104.373.974	104.373.866	62.592	104.436.459

Fonte: SIAFI

valor em reais

Principais Desafios e Ações Futuras

Em 2023, o tribunal obteve os seguintes resultados dos desafios/metas estipulados:

- Atingiu 96,52% de execução orçamentária (despesas empenhadas), cujo desafio/meta era atingir 100% dessa execução. Um dos principais motivos de não atingir essa meta decorreu de sobras em processos de licitações ocorridas no final do exercício e em licitação que não houve tempo hábil de ocorrer, exemplo da aquisição de nobreaks, bem como em razão de sobras em contratos de serviços estimativos;
- A execução orçamentária (despesas pagas) atingiu 80,26%, cujo desafio/meta era atingir, no mínimo, 90% de pagamento. O principal motivo que ocasionou o não cumprimento da meta foi em decorrência de licitações e aquisições de bens ocorridas no final do ano, ficando o pagamento dessa execução para o próximo exercício.

Desafios

- Executar (empenhar) 100% das dotações orçamentárias para despesas discricionárias até o exercício de 2026, em atendimento ao Plano Estratégico do tribunal;
- Manter a execução (liquidação), no mínimo, de 80% das dotações orçamentárias para despesas discricionárias do tribunal, em atendimento ao Plano Estratégico do tribunal.

Ações Futuras

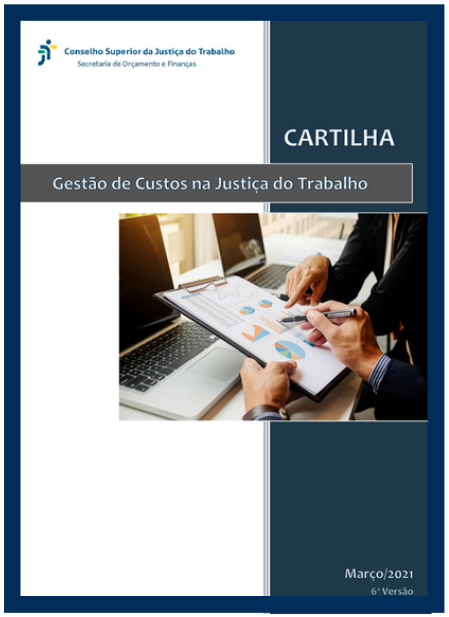
- Realizar reuniões periódicas entre a Administração do Tribunal e os gestores de contrato para acompanhar e discutir o andamento da execução orçamentária de cada unidade, de modo a possibilitar o atingimento dos desafios acima propostos;
- Definição de parâmetros e prazos para a utilização do recurso orçamentário por cada unidade executora.

Gestão de Custos

Conformidade Legal

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, e através do Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Dessa forma, foram selecionadas e agrupadas, em 25 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 100 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do art. 3º, que amplia a utilização do Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC) às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.

Em 2021, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através da Secretaria de Orçamento e Finanças, encaminhou a 6ª versão da Cartilha de Gestão de Custos na Justiça do Trabalho, a qual apresenta o modelo de mensuração de custos desenvolvido para a Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da qualidade do gasto público, detalhando as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência.



Estimativa de Custos

A apuração dos custos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região está relacionada ao consumo de seus recursos e a mensuração dos bens e serviços prestados à sociedade. Essa apuração se distingue do aspecto orçamentário (empenho, liquidação e pagamento), pois se vincula ao efetivo consumo dos recursos utilizados na prestação dos serviços públicos. Assim, os custos ora apresentados são representados tanto pelos fatos resultantes como pelos fatos independentes da execução orçamentária.

Centro de Custos	1ª Instância	2ª Instância	Indefinido	Total	
	R$	R$	R$	R$	%
Passagens e locomoção	145.626,94	385.027,60	-	530.654,54	0,17
Apoio administrativo	189.324,97	363.878,15	-	553.203,12	0,18
Veículos	237.023,37	293.870,13	-	530.893,50	0,17
Copa e cozinha	126.233,89	180.122,59	-	306.356,48	0,10
Telefonia	122.378,27	62.142,46	-	184.520,73	0,06
Diárias	714.529,29	617.852,95	-	1.332.382,24	0,43
Água e esgoto	141.051,40	271.370,94	-	412.422,34	0,13
Capacitação	190.317,29	315.926,57	-	506.243,86	0,16
Bens Imóveis	1.740.229,36	3.156.271,25	-	4.896.500,61	1,58
Serviços Técnicos	276.466,28	1.119.307,77	-	1.395.774,05	0,45
Comunicação e publicidade	439.273,93	343.265,55	-	782.539,48	0,25
Estagiários	734.222,11	525.880,97	-	1.260.103,08	0,41
Indenizações e restituições	649.691,29	119.331,39	-	769.022,68	0,25
Demais custos indiretos	78.596,82	154.100,09	-	232.696,91	0,08
Justiça gratuita	2.197.304,77	-	-	2.197.304,77	0,71
Vigilância e segurança	817.265,69	342.619,35	-	1.159.885,04	0,38
Energia elétrica	600.644,95	897.985,77	-	1.498.630,72	0,48
TIC	4.643.339,82	2.035.490,27	-	6.678.830,09	2,16
Limpeza e conservação	1.411.018,03	772.547,41	-	2.183.565,44	0,71
Pensionista	-	-	5.265.885,36	5.265.885,36	1,70
Bens móveis	2.488.625,66	736.912,00	-	3.225.537,66	1,04
Saúde	5.686.533,18	7.953.198,28	-	13.639.731,46	4,41
Pssoal inativo	-	-	45.320.220,78	45.320.220,78	14,66
Pessoal ativo	115.808.823,60	98.418.468,40	-	214.227.292,00	69,31
	139.438.520,91	119.065.569,89	50.586.106,14	309.090.196,94	100

No Quadro I, verifica-se que em 2023 o tribunal obteve um custo total relacionado ao efetivo consumo dos recursos utilizados na prestação dos serviços públicos no valor de R$ 309.090.196,94, sendo R$ 139.438.520,91 (45,11%) destinados à 1ª instância judicial (varas do trabalho), e R$ 119.065.569,89 (38,52%) à 2ª instância judicial (TRT). Observa-se, ainda, que o montante de R$ 50.586.106,14 (16,37%), classificado como "instância indefinida", não teve sua destinação para as respectivas instâncias, pois se refere aos custos com pessoal inativo e pensionista que ainda não possuem, no sistema SIAFI, centro de custo específico nas demais instâncias.

Analisando-se o custo total por centro de custos, observa-se que 69,31% (R$ 214.227.292,00) está concentrado em custos com pessoal ativo. Essa concentração decorre da própria atividade fim do tribunal, qual seja, a prestação jurisdicional, dependendo basicamente de recursos humanos.

Ao se desconsiderar os custos com pessoal, os 5 (cinco) centros de custos que mais consumiram recursos foram:

- **Justiça Gratuita (R$ 2.197.304,77);**
- **Bens Móveis (R$ 3.225.537,66);**
- **Bens Imóveis (R$ 4.896.500,61);**
- **TIC (R$ 6.678.830,09);**
- **Saúde (R$ 13.639.731,46).**

Desafios e Ações Futuras

- Implementar discussões com as principais áreas do tribunal envolvidas no consumo de recursos públicos para implantação de novas estratégias na melhoria da qualidade dos gastos públicos.
- Disponibilizar informações à alta administração do tribunal sobre os custos por centro de custos, possibilitando a tomada de decisão na alocação mais eficiente dos recursos públicos.

Gestão de Tecnologia da Informação

A Resolução CNJ nº 370/2021 instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026, em harmonia com os macrodesafios do Poder Judiciário, em especial com o que estabelece o "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados". O objetivo da ENTIC-JUD é constituir o principal instrumento de promoção da governança ágil e da transformação digital do Poder Judiciário por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica do Poder Judiciário.

Plano Estratégico

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Orientação Estratégica	Indicador	Meta
Aprendizado e crescimento	Aprimorar a Governança de TIC e a Proteção de Dados	Gestão de serviços de tecnologia da informação	Índice de Atendimento das Metas do Plano Diretor de TIC - IPDTIC	Obter êxito em 80% de atendimento das metas do PDTIC
		Evolução do nível de serviço de tecnologia da informação		
		Gestão de riscos de tecnologia da informação		
		Desenvolvimento de processos e atividades para a gestão da segurança da informação		
		Disponibilidade de ferramentas de trabalho remoto e colaborativo		
		Melhoria da qualidade e da disponibilidade das informações geradas pelo tribunal		
		Integração da base de dados do DataJud – CNJ		
		Melhoria do nível de maturidade de governança em TIC – iGovTic-Jud		

Iniciativas de maior destaque em 2023 para o alcance dos objetivos táticos de TIC

Iniciativas	Ação Tática
• Adquirir desktops e monitores	iGovTIC JUD
• Adquirir notebooks	iGovTIC JUD
• Adquirir nobreaks	iGovTIC JUD
• Mapeamento do processo de Gerenciamento de Conhecimento	iGovTIC JUD
• Revisão de processos de TI	iGovTIC JUD
• Implantação de novas regras de fiscalização da Lei 14133/21	Não alinhado
• Contratação de Links de comunicação	iGovTIC JUD
• Migração do PJe para nuvem	iGovTIC JUD
• Contratar solução de proteção de borda de rede tipo CDN com WAF	iGovTIC JUD
• Executar treinamento da ETIR em tratamento de incidentes	iGovTIC JUD
• Executar testes no Manual de Continuidade	iGovTIC JUD
• Migrar intranet para nova plataforma	Não alinhado
• Desenvolver ferramenta para Prêmio de Qualidade CNJ	Não alinhado
• Desenvolvimento do Sistema de Controle de Material e Patrimônio - SCMP 2	Não alinhado
• Adquirir Solução de Gerenciamento de Serviços de TI	iGovTIC JUD

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações

Comitê multidisciplinar, composto por representantes de todas as áreas estratégicas do órgão e pelo titular da área de Tecnologia da Informação e Comunicações, conforme Resolução CNJ nº 370/2021, responsável por:

- Aprovar, supervisionar e revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC;
- Deliberar sobre propostas e prioridades das iniciativas e investimentos relativos aos projetos a serem executados no âmbito do Portfólio de Projetos de TIC, inclusive no que tange ao planejamento orçamentário de investimentos e custeio de TIC.

As principais deliberações do Comitê de TIC

- Aprovação do PDTIC 2023-2024;
- Aprovação da aquisição de novos notebooks;
- Aprovação do orçamento de TIC de 2024;
- Aprovação do Portfólio de Sistemas de Informação.

Segurança da Informação

A Segurança da informação teve uma equipe direcionada para trabalhar especificamente nas atividades de proteção de dados e segurança da informação no TRT24.
Não houve incidentes de segurança, com interrupção do serviço, e as ações trabalhadas foram especificamente voltadas a tratar avisos de vulnerabilidades antes que houvesse a exploração por cibercriminosos.
Além disso foram realizadas ações de conscientização da comunidade, com trocas de senha, palestras de sensibilização e e-mails de instruções gerais em segurança.

Projetos e Ações de Destaque

Projetos	Alinhamento
• Manter contrato - Suporte e manutenção da sala-cofre	• Planejamento: PEI-TRT24 2021-2026 • Objetivo: Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados • Orientação Estratégica: Evolução do nível de serviço de TIC
• Mapear processo Gerenciar Conhecimento	• Planejamento: PEI-TRT24 2021-2026 • Objetivo: Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados • Orientação Estratégica: Melhoria do nível de maturidade de governança em TIC - iGovTIC-Jud
• Renovar serviço de videoconferência Zoom (3º aditivo)	• Planejamento: PEI-TRT24 2021-2026 • Objetivo: Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados • Orientação Estratégica: Disponibilidade de ferramentas de trabalho remoto e colaborativo
• Acompanhar garantia - Software de libras e interpretação de textos e imagens	• Planejamento: PEI-TRT24 2021-2026 • Objetivo: Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados • Orientação Estratégica: Evolução do nível de serviço de TIC
• Renovar contrato - Serviço de atendimento da Central de Serviços (1º aditivo)	• Planejamento: PEI-TRT24 2021-2026 • Objetivo: Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados • Orientação Estratégica: Gestão dos serviços de TIC
• Revisar processos iGovTic da DGTIC	• Planejamento: PEI-TRT24 2021-2026 • Objetivo: Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados • Orientação Estratégica: Melhoria do nível de maturidade de governança em TIC - iGovTIC-Jud

Montante de Recursos Aplicados

CUSTEIO
(serviços de manutenção de TIC

INVESTIMENTO
(orçamento próprio TRT 24)

R$ 5.568.484,19

R$ 3.594.545,54

Os recursos aplicados em TI em 2023 somaram

R$ 9.163.029,73

Contratações mais relevantes

Contrato	Valor
Aquisição e implantação de conjunto de soluções para gestão de serviços de Tecnologia da Informação.	**R$ 12.965.142,00**
Aquisição de Scanner profissional de alta produção formato A3 para a digitalização de documentos judiciais e administrativos.	**R$ 46.999,00**
Aquisição de notebooks ultraportáteis.	**R$ 744.000,00**
Aquisição de microcomputadores desktop mini	**R$ 1.775.181,00**

Conformidade legal

A gestão da Tecnologia da Informação no TRT 24ª Região é baseada em recomendações legais e modelos internacionais de governança e gestão, como: Acórdãos TCU – Plenário – nº 1.603/2008, 2.471/2008 e 663/2009; Resolução CNJ nº 370/2021; Modelo internacional de governança COBIT 5.0 e Modelo internacional de gestão de serviços ITIL V3, além de seus normativos internos.

Todas as informações sobre a governança e gestão da TI do TRT24, desde conformidade até dados de execução de projetos e processos, podem ser acessadas pelo endereço: https://www.trt24.jus.br/web/transparencia/tecnologia-da-informacao

Ações futuras

A SETIC atuará em diferentes projetos no ano de 2024. A relação a seguir apresenta os projetos de maior destaque:

- Realização de nova contratação de Central de Serviços de TI;
- Atendimento das exigências de TI para o Prêmio CNJ de Qualidade;
- Implantação da Telefonia VoIP;
- Aquisição de ativos de rede;
- Migração de novos serviços para nuvem;
- Contratação de Serviço Correlação de Monitoramento de Logs de Segurança – SOC;
- Desenvolvimento do SCMP2;
- Evoluções de Painéis de Informações Gerenciais.

Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Os instrumentos licitatórios para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem “critérios de sustentabilidade”, conforme modelos disponibilizados por meio do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, aprovado pela Resolução n.º 310, de 24 de setembro de 2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Entre as medidas adotadas, podem-se citar os processos de aquisição de materiais de expediente, materiais de copa e cozinha/limpeza, mobiliários, equipamentos eletrônicos e vestuário, em que são exigidos os requisitos de sustentabilidade na confecção do termo de referência e no recebimento dos materiais, tais como:

- **produtos químicos: apresentação da Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ, de acordo com a norma ABNTNBR 14725;**
- **papel A4: selo de sustentabilidade (FSC, Cerflor);**
- **aparelhos de ar-condicionado: possuir o sistema inverter e classificação de maior eficiência na certificação do órgão acreditado;**
- **mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados: deve observar os critérios de rastreabilidade e origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentável, em conformidade com ABNT NBR 14790:2014 ou com o padrão FSC-STD-40-004 V3-0.**

Redução de resíduos poluentes

Os resíduos recicláveis, tais como papel, papelão, plásticos, vidros e metais são destinados à reciclagem por meio do programa de coleta seletiva, à luz do que dispõe o Decreto n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

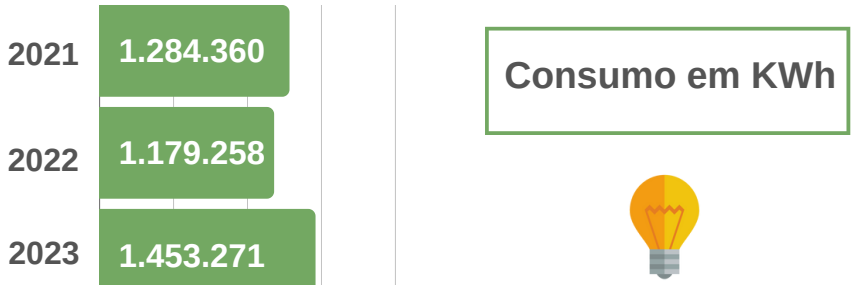
Quanto aos materiais que possuem compostos químicos com alta capacidade de poluição e toxicidade, tais como lâmpadas fluorescentes, toners, pilhas e baterias, aplica-se o sistema da logística reversa, destinando-se esses resíduos a postos de coleta ou a empresas especializadas na sua destinação final ambientalmente adequada.

Em relação aos equipamentos eletroeletrônicos, o tribunal faz a doação dos bens classificados como inservíveis para outros órgãos do poder público ou para entidades carentes, conforme prevê o Decreto n.º 9.373, de 11 de maio de 2018. Já os bens classificados como irrecuperáveis segundo o referido decreto são doados para associações ou entidades que promovam a sua reciclagem ou seu reaproveitamento.

Os resíduos oriundos do serviço de saúde do tribunal são coletados por empresa especializada, contratada para promover o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada desses materiais.

Ações para redução do consumo de Recursos Naturais

Energia Elétrica



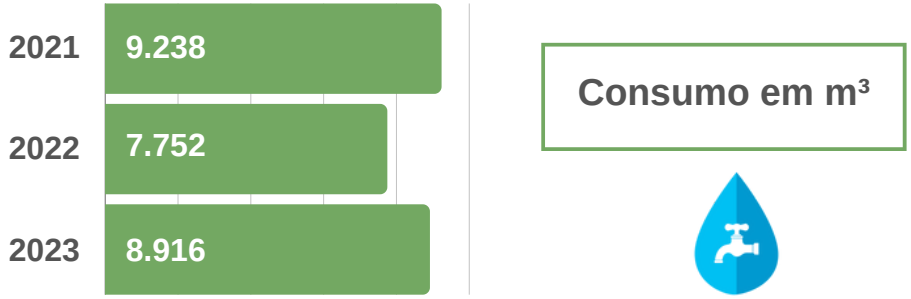
Como se observa, em 2023 houve aumento do consumo de energia elétrica em relação aos dois anos anteriores.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), 2023 foi o ano mais quente da série histórica no Brasil, considerada de 1991 a 2020. Com isso, a demanda por resfriamento foi mais elevada, o que teve impacto significativo no consumo.

Soma-se a isso o fato de mais pessoas terem voltado a trabalhar presencialmente após o arrefecimento da Pandemia do Covid-19.

Apesar das ações já adotadas para mitigação do consumo, como a instalação de usinas solares fotovoltaicas e a utilização de aparelhos de ar-condicionado com tecnologia inverter, outras ações ainda são necessárias, como a substituição de todas as lâmpadas fluorescentes por dispositivos LED no prédio-sede do tribunal e melhor isolamento térmico do edifício.

Água



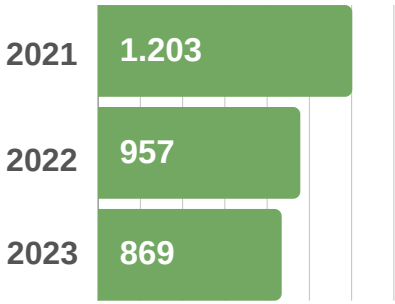
De acordo com os dados apontados, o consumo de água de abastecimento possui um patamar relativamente estável, com diminuição em alguns anos e aumento em outros.

Apesar das várias medidas adotadas para a contenção do consumo de água, como a instalação de torneiras com válvula de fechamento automático, bacias sanitárias com caixa acoplada, reservatórios de captação de água de chuva e o estabelecimento de rotina semanal para verificação de vazamentos, em 2023 houve aumento do consumo em relação ao ano anterior.

Tendo em vista que os vasos sanitários são responsáveis pela maior parte do uso desse recurso, está em trâmite a análise de viabilidade sobre a utilização da água de chuva nas descargas, o que pode reduzir significativamente o consumo.

Papel Sulfite

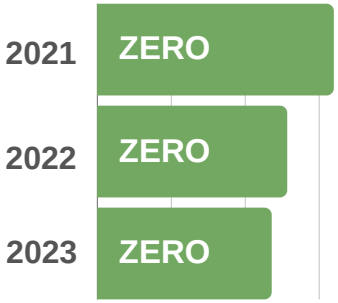
O consumo de papel para impressão foi significativamente reduzido com a utilização de sistemas informatizados para instauração e tramitação de processos, sejam judiciais ou administrativos. Além disso, o trabalho remoto e o estabelecimento de cotas de fornecimento de papel sulfite para as unidades administrativas e judiciárias do tribunal manteve a redução do consumo desse item no ano passado.



Consumo em resmas

Copos descartáveis

A partir do ano de 2020, houve a substituição total de copos descartáveis feitos de material plástico por copos biodegradáveis e dispositivos duráveis (copos e xícaras de vidro/porcelana). Com essa medida, o tribunal manteve a redução de 100% no consumo desse item em relação aos anos anteriores.
Apesar de suas características físicas tornarem os copos de material plástico totalmente recicláveis, estes acabam não sendo reciclados devido a fatores que tornam economicamente inviável sua reciclagem, o que acaba levando esses materiais a serem descartados em aterros sanitários ou mesmo em lixões.



Redução de 100% no consumo de copos de plástico

Acessibilidade

A acessibilidade é um direito fundamental que garante a inclusão e participação plena de todos na sociedade. O TRT da 24ª Região possui, desde 2006, um colegiado responsável pela promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência. A partir de 2019, o colegiado intensificou seus trabalhos, resultando em significativos avanços na promoção da acessibilidade no âmbito do TRT24.

Em 2023, o hoje denominado Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão realizou, em parceria com outras áreas do tribunal, 13 ações para tornar esse direito ainda mais efetivo. Dentre as principais atividades realizadas, destacam-se:

- **Realização de eventos voltados para conscientização e capacitação sobre acessibilidade e inclusão (acessibilidade atitudinal);**
- **Adequação do site do TRT24 para garantir o acesso e a navegabilidade por pessoas com deficiência (acessibilidade tecnológica);**
- **Divulgação de conteúdos nas redes sociais do tribunal com foco na conscientização sobre acessibilidade e inclusão (acessibilidade atitudinal);**
- **Instalação de piso tátil no edifício-sede do TRT24, visando a facilitar a locomoção de pessoas com deficiência visual (acessibilidade arquitetônica).**

A promoção da acessibilidade é um compromisso permanente do TRT24, e o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão tem sido fundamental nesse processo. As ações realizadas em 2023 demonstram o comprometimento do tribunal em garantir a inclusão e acessibilidade de todos os cidadãos, reafirmando seu papel como um órgão comprometido com a igualdade e a justiça social.

Assim como ocorre com outras unidades do tribunal, as principais dificuldades enfrentadas pela pasta da acessibilidade são a carência de recursos humanos e, por vezes, de disponibilidade orçamentária. Apesar disso, outras e novas medidas sempre são implementadas.

Inovação

Com intuito de impulsionar a inovação no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, criou-se, em 2021, o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Inovar-TRT24), por meio da Portaria n.º 45/2021, o que representa um marco significativo na busca por soluções inovadoras e eficientes para os desafios enfrentados pela Justiça do Trabalho. Com uma equipe multidisciplinar de 12 laboratoristas, o Inovar-TRT24 busca se tornar um centro de excelência na promoção da inovação dentro do TRT.

Um dos projetos desenvolvidos pelo Inovar-TRT24 foi o Oficiais Mediadores, selecionado para cumprir, em 2023, a Meta 9 do CNJ, o qual teve sua implementação no mesmo ano. Este projeto visa a agilizar e desburocratizar o processo de mediação de conflitos trabalhistas, proporcionando uma abordagem mais humanizada e eficaz para as partes envolvidas. Para tanto, criou-se um aplicativo ao qual os Oficiais e Oficialas de Justiça têm acesso para registrar propostas de conciliação formuladas pela parte por ocasião da entrega de um mandado, no intuito de reduzir o tempo de resolução de disputas, contribuindo para uma justiça mais célere e eficaz.

Apesar dos esforços e dos resultados positivos alcançados até o momento, é importante ressaltar que o Laboratório de Inovação ainda enfrenta desafios significativos, principalmente no que diz respeito à sua equipe. Atualmente, não há uma equipe exclusivamente dedicada ao Inovar-TRT24, o que tem dificultado o desenvolvimento de novos projetos e a continuidade das iniciativas já em andamento. A falta de recursos humanos adequados tem sido um obstáculo para a plena realização do potencial inovador do Laboratório.

Além disso, a falta de uma equipe exclusiva também impacta a capacidade do Laboratório de estabelecer parcerias estratégicas e colaboração com outras instituições, o que é fundamental para a sustentabilidade e o crescimento de suas atividades. Com o investimento adequado em recursos humanos e a criação de uma equipe dedicada, o Inovar-TRT24 poderá ampliar seu impacto e contribuir ainda mais para a modernização e eficiência da Justiça do Trabalho.